

An aerial photograph of a forest. The upper portion shows a dense, lush green canopy. The lower portion shows a cleared area with a dark, charred ground surface and numerous fallen, dry branches and tree trunks scattered across it. The text is overlaid on the image.

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Armin Mathis

Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

Editora NAEA

Editor-Chefe: Silvío José de Lima Figueiredo

Divisão de Editoração: Aurilene Ferreira Martins e Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Bahia – Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia,

Letícia Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro,

Portugal Prof. Dr. Miguel Piñedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Armin Mathis

MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO
Organizador

AMAZÔNIA

A REGIÃO DE CARAJÁS



BELÉM
2023

Diagramação

Triunfal Gráfica e Editora

Foto de capa

Agropecuária Santa Barbara (Xinguara, Pará), antiga área dos castanheais Espírito Santo e Carajás.
Autor: Bloomberg (Getty Images)

Criação da capa

Lucas França Rolim

Revisão de texto

Conforme as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Andrew Caetano (Editora Cubo)

Padronização e normatização

Lucas França Rolim
Idelvandro José de Miranda Fonseca

Editoração final

Aurilene Ferreira Martins
Editora NAEA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

A489 Amazônia: a região de Carajás [recurso eletrônico] / Maurílio de Abreu Monteiro, organizador. — Belém: NAEA, 2023.
756 p.: il. 18,2 x 25,7 cm.

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-217-8

1. Carajás, região de (PA) - Desenvolvimento. 2. Desenvolvimento sustentável - Carajás, região de (PA). 3. Minas e recursos minerais - Carajás, região de (PA). 4. Planejamento regional - Amazônia. 5. Amazônia - Condições econômicas. I. Monteiro, Maurílio de Abreu, org.

CDD 23. ed. – 330.98115

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

Disponível em:

<https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8>

© Direitos Reservados aos autores
Editora NAEA

Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 – (91) 3201-7231
naeaeditora@gmail.com, editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Prefácio | 1 |
| <i>Carlos Antônio Brandão</i> | |
| Parte 1 Região, aspectos teóricos e metodológicos | 7 |
| 1 A importância heurística da região, uma nota | 9 |
| <i>Marcos Alexandre Pimentel da Silva</i> | |
| 2 Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás | 17 |
| <i>Maurílio de Abreu Monteiro e Regiane Paracampas da Silva</i> | |
| 3 Modernização caricata e acumulação capitalista na Amazônia: o caso da região de Carajás | 35 |
| <i>Maurílio de Abreu Monteiro, Mirleide Chaar Babia e Edna Maria Ramos de Castro</i> | |
| 4 Ajuste espacial e temporal na Amazônia: reflexões sobre fronteira do capital e des-re-configurações territoriais | 53 |
| <i>Fernando Michelotti, Humberto Miranda do Nascimento e Evaldo Gomes Júnior</i> | |
| 5 Um diálogo possível? Aproximações e ressignificações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás | 77 |
| <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i> | |
| 6 Natureza, infraestrutura, mineração e urbanização: cartografando interseções históricas na região de Carajás | 93 |
| <i>Patrícia Capanema Álvares Fernandes</i> | |
| Parte 2 Tópicos da história regional | 115 |
| 7 A Amazônia em páginas impressas: a Série Realidade Brasileira da Folha de S. Paulo | 117 |
| <i>Eduardo de Melo Salgueiro</i> | |
| 8 Alteridades e outridades na região de Carajás | 139 |
| <i>Idelma Santiago da Silva, Flávia Marinho Lisboa e Laécio Rocha de Sena</i> | |
| 9 Privatização de terras na Amazônia: o caso do Polígono dos Castanhais | 159 |
| <i>Maurílio de Abreu Monteiro, Amarildo José Mazutti e Regiane Paracampas da Silva</i> | |
| 10 O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022) | 183 |
| <i>Janaílson Macêdo Luiz</i> | |
| 11 Ouro, empresas e garimpeiros na Amazônia: o caso emblemático de Serra Pelada | 207 |
| <i>Maurílio de Abreu Monteiro, Maria Célia Nunes Coelho, Raimundo Garcia Cota e Estêvão José da Silva Barbosa</i> | |
| 12 Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso | 231 |
| <i>Flávia Marinho Lisboa</i> | |

| | |
|---|------------|
| 13 Do pentecostalismo à terra de realização <i>Fernando Arthur de Freitas Neves</i> | 257 |
| Parte 3 Economia e região | 279 |
| 14 Crescimento econômico e competitividade espúria na Amazônia: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i> | 281 |
| 15 Mercantilização de recursos naturais, desigualdade e pobreza na Amazônia: a região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i> | 309 |
| 16 Relações mercantis e hierarquias na região de Carajás: um perfil econômico a partir de registros fiscais do estado do Pará <i>Lucas Rodrigues</i> | 341 |
| 17 O FNO na região amazônica de Carajás: aprofundando o caráter primário e deletério da economia regional <i>Rafael Gonçalves Gumiero</i> | 361 |
| 18 A escala nacional importa? O novo padrão de acumulação no Brasil e a centralidade da região de Carajás <i>Giliad de Souza Silva</i> | 381 |
| Parte 4 Conformação da rede urbana | 415 |
| 19 A inserção das cidades na configuração da fronteira amazônica: um estudo de morfologia urbana na região de Carajás, 2010 – 2020 <i>José Júlio Ferreira Lima e Lucas França Rolim</i> | 417 |
| 20 Núcleos urbanos informais em Carajás: o caso das Regiões Imediatas de Marabá e Parauapebas <i>Sergio Moreno Redón, Gabriel Moraes de Outeiro, Ana Carolina Campos de Melo e Rafael Gonçalves Gumiero</i> | 441 |
| 21 Saneamento básico e pobreza na Amazônia: um diagnóstico para a região de Carajás <i>Daniel Nogueira Silva, Emílio Campos Mendes e Ritbielly Lira Sousa</i> | 467 |
| 22 Panorama midiático da região de Carajás <i>Elaine Javorski Souza</i> | 485 |
| Parte 5 Ensino e escola | 503 |
| 23 Letramento precário: uma faceta da configuração da região de Carajás <i>Vanja Elizabete Sousa Costa, Maurílio de Abreu Monteiro e Gabriel Costa Oliveira</i> | 505 |
| 24 A escola como objeto de pesquisa histórica na e sobre a região de Carajás: notas iniciais <i>Erinaldo Vicente Cavalcanti</i> | 523 |

| | |
|--|------------|
| 25 Para superar abismos no ensino: um outro modo de organizar e construir conhecimento <i>Rosemeri Scalabrin</i> | 545 |
| Parte 6 Elementos do agrário regional | 569 |
| 26 Trajetórias produtivas no agrário amazônico: o caso da região de Carajás <i>Maurílio de Abreu Monteiro</i> | 571 |
| 27 Cenário e perspectivas para a produção animal na região de Carajás <i>Anaiane Pereira Souza, Caroline Nebo, Fernanda Franco Alves e Ester da Silva Criança</i> | 613 |
| 28 Caracterização produtiva da atividade leiteira em estabelecimentos na região de Carajás <i>Jefferson Rodrigues Gandra, Fabíola Miranda da Silva, Lucas Magevski Soares, Paulo Vinícius da Costa Mendes, Erika Rosendo de Sena Gandra e Milena Raiane Alves da Silva</i> | 637 |
| 29 O ônus ambiental do paradigma agropecuário em Carajás e a construção de alternativas <i>Diego de Macedo Rodrigues e Maurílio de Abreu Monteiro</i> | 655 |
| Parte 7 Domínios da natureza | 675 |
| 30 Componentes naturais da paisagem na região de Carajás <i>Estêvão José da Silva Barbosa, Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas e Larissa Nascimento Fanjas da Silva</i> | 677 |
| 31 Geoeologia: aportes para uma aproximação taxonômica das unidades de paisagens para a região de Carajás <i>Maria Rita Vidal, Abraão Levi dos Santos Mascarenhas, Edson Vicente da Silva e Estêvão José da Silva Barbosa</i> | 707 |
| 32 A matriz hidrográfica da região de Carajás: um estudo sobre unidades fluviais e pressões espacialmente explícitas na paisagem <i>Keid Nolan Silva Sousa</i> | 729 |
| Sobre as autoras e os autores | 751 |

ESTADO DE CARAJÁS: VONTADES DE VERDADE EM (DIS)CURSO¹

Flávia Marinho Lisboa  

INTRODUÇÃO

O debate sobre a natureza teórica e conceitual das regiões é bastante extenso, diverso e multifacetado como se pode depreender por uma dessas perspectivas apontada por Gumiero (2023) no quinto capítulo deste livro. Em termos mais gerais e no contexto dos debates mais recentes, Gilbert (1988) sugere a existência de três grupos de abordagens para se pensar a ideia de região. Um deles enfatiza a “cultura” como o objeto principal, concentrando-se em problemas como a identificação regional de tal forma que a 'região' é um conjunto específico de relações culturais entre um grupo específico e um lugar particular; outro grupo opera com a noção de que a região deve ser buscada como um ambiente de interação social e postula que este 'meio' desempenha um papel fundamental na produção e reprodução das relações sociais; e um terceiro vincula à abordagem da região à organização espacial dos processos sociais dando ênfase à lógica e à dinâmica de circulação do capital.

Paasi (1991, p. 243), no campo desse terceiro grupo de abordagens, procura conceituar “tanto a lógica quanto a história da formação da região: como as regiões surgem, se transformam e desaparecem no curso da transformação regional”. O autor, mesmo reconhecendo o risco de poder ser esquemático demais, indica que “quatro etapas parecem ter importância no processo de emergência ou institucionalização de regiões: a constituição da configuração territorial, da configuração simbólica e das instituições e, por fim, a implantação no sistema regional e a consciência social da sociedade” (Paasi, 1991, p. 243).

Monteiro e Silva (2023), dialogando com essas formulações de Paasi (1991), argumentam que no escopo do processo de institucionalização de regiões, na segunda metade dos anos 1980, vencia-se uma etapa da “constituição da configuração territorial” da região de Carajás (Monteiro e Silva, 2023, p. 31). Dentre os diversos conteúdos das etapas de institucionalização das regiões, Paasi (1991, p. 245) chama atenção para o estabelecimento de símbolos territoriais: “um essencial é o nome da região”. Outro conteúdo subjacente às etapas é a região ter seu status estabelecido, embora não seja esse status necessariamente administrativo. Por fim, ele indica ainda como

¹ Este capítulo é uma releitura da pesquisa de dissertação de mestrado da autora, onde se buscou evidenciar o funcionamento discursivo das propagandas eleitorais (do Sim e do Não veiculadas no rádio) do plebiscito ocorrido em 2011 para divisão do estado do Pará. Ver Lisboa (2014).

conteúdo das etapas de institucionalização aquela na qual “a unidade territorial está agora ‘pronta’ para ser usada no ‘marketing local’ ou como uma arma em uma luta ideológica por recursos e poder” (Paasi, 1991, p. 247).

Há ainda outra implicação na abordagem da região de Carajás importante de ser destacada: a perspectiva do território em relação com a identidade, que é construída de acordo com a relação que as pessoas mantêm com o espaço e todas as condições sócio-históricas que esse espaço permite seus habitantes vivenciarem (Santos, 2008; Santos, 2012). Quando Santos (2012, p. 126) diz que “o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização qualificada”, destaca-se a perspectiva de que o que acontece em determinado local, histórica e culturalmente, está ligado ao espaço geográfico, ao que esse espaço proporciona materialmente para os sujeitos. Assim, “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não realizariam” (Santos, 2012, p. 246), de forma que o espaço é fruto da construção de uma história única, como fator que define as particularidades locais e que vão construir uma memória coletiva específica para cada realidade, que condiz com as dinâmicas de vida de cada sociedade, sendo essa memória coletiva “o elemento de coesão garantidor da permanência e da elaboração do futuro” (Santos, 2012, p. 329).

A região de Carajás é abordada por Silva et al. (2023), de forma diversa de Monteiro e Silva (2023) sendo caracterizada com como uma “zona de contato”, conceito cunhado por Pratt (1999, p. 27): “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”. Nessa perspectiva, a ideia do capítulo é problematizar a invisibilidade dos sujeitos subalternizados frente aos poderes hegemônicos na região de Carajás: “O conceito de zona de contato permite refletir sobre a regionalização desse território assentada nos conflitos dos (des)encontros entre percepções hegemônicas e as dos diferentes sujeitos” (Silva et al., 2023, p. 139)

Tendo como impulso inicial essas indicações constitutivas da organização deste livro, o presente capítulo se municia dessas discussões para enfocar no viés discursivo sobre o tratamento do recorte geopolítico chamado “Carajás”, refletindo sobre as relações de poder historicamente estabelecidas na/para as produções de sentido que corroboram para a ideia da existência desse espaço como região, por meio de uma unidade territorial, ao ponto de chegar à reivindicação por independência político-administrativa, separando-se do estado do Pará para se constituir como um estado da nação. Esta seria uma das últimas etapas para a institucionalização das regiões, conforme destacou Paasi (1991, p. 247) há algumas linhas, para a instauração de “uma luta ideológica por recursos e poder”.

O evento que marca historicamente a tentativa de institucionalização da região de Carajás é o plebiscito para divisão do estado do Pará, ocorrido no dia 11 de dezembro de 2011. Porém nos interessa neste capítulo a construção da proposição, as condições de possibilidades históricas que permitiram o advento do dia 11, atravessando as relações discursivas em torno do objeto discursivo “Carajás”.

As considerações de Gilbert (1988), Paasi (1991, p. 243), Santos (2012), Santos (2008) e Silva et al. (2023) para pensar a ideia de “região” não são dispensáveis à abordagem que adotamos aqui. Ao contrário, são complementares uma vez que para refletir sobre a delimitação do espaço

em destaque é preciso reconhecer que tais contornos exigem olhares interdisciplinares e ponderações concernentes à complexidade da região no estado do Pará e na Amazônia Oriental.

Nesse sentido, discutiremos neste capítulo sobre aspectos discursivos na constituição de Carajás, mobilizando o arcabouço foucaultiano, a partir do olhar da linguagem, para observar o papel do discurso na construção de objetos na sociedade, fomentando o estabelecimento de verdades. Nessa reflexão, há que se pesar três formas de exclusão na produção de sentido do que se queira como uma verdade, conforme orienta Foucault (2011):

1. **A interdição:** refere-se às práticas de interrupção, o movimento de impedir a circulação de discursos concorrentes;
1. **Separação/rejeição:** diz respeito à visibilidade e legitimidade dos discursos na sociedade: “pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância” (Foucault, 2011, p. 10);
2. **A vontade de verdade:** pressupõe a problematização da verdade como um sistema de exclusão, em que se reforça e conduz discursos para legitimação como verdades “por todo um compacto conjunto de práticas” (Foucault, 2011, p. 17).

A partir desse tripé, tentaremos evidenciar algumas nuances da construção histórica do que é enunciado como “Estado de Carajás”, entendendo-o como um objeto discursivo, que, como tal, trata-se de uma emergência viabilizada pelas condições de possibilidades históricas, que são as regras que se estabelecem em um determinado momento por força da imbricação de fatores de diversas ordens: social, política, econômica etc. Nesse exercício é possível então delinear a formação de discursos que expressam e fomentam um repertório com processos econômicos e sociais mais amplos, mostrando que a aparente autonomia do discurso não tem independência histórica (Foucault, 2014). Nessa empreitada aqui dada, toma-se como premissa principal o fato de que o discurso é então o dito e o não-dito na relação com um conjunto de fatores da exterioridade, o que permite a formação dos objetos, como o é o Carajás, apoiando-se em formações discursivas ao passo que as retroalimenta.

Dessa forma, temos como objetivo geral: Abordar a região de Carajás como um objeto discursivo construído historicamente nas disputas por verdades acerca das dinâmicas político-econômicas do território Amazônico. Como aparato teórico-metodológico, tomaremos a Análise do Discurso com Foucault, relacionando a proposta de criação do Estado de Carajás com fatores da exterioridade ao discurso, ou seja, os acontecimentos sociais, políticos e econômicos ao longo da história. Nesse percurso, evidencia-se a ideia “vontade de verdade” na produção de sentidos na comunidade regional em torno do objeto discursivo, que se constitui na positividade² ao mesmo tempo que instaura práticas de exclusão.

² “[...] tratar um conjunto de performances verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza (...) análise dos acúmulos” (Foucault, 2014, p. 153).

AS CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADES HISTÓRICAS: TERRITÓRIO, MIGRAÇÃO, CONFLITOS E IDENTIFICAÇÕES

O processo de ocupação mais sistemático e voraz da Amazônia em nosso tempo é marcado pelos moldes desenvolvimentistas que implantam, especialmente a partir da década de 70, grandes projetos econômicos com direcionamento e apoio do governo brasileiro, que, por projeto fim ou consequência, reforça práticas do colonialismo interno (Casanova, 2007) ao aplicar uma política econômica que acentua e perpetua violências e injustiças contra comunidades indígenas e tradicionais existentes no território amazônico para que grandes famílias e grupos econômicos, em sua maioria do sul/sudeste do país, se instalassem e tomassem para si a quantidade de terras que quisessem e conseguissem demarcar.

Desde o início de sua ocupação acelerada a Amazônia vem sendo alvejada pela governamentalidade (Foucault, 2008) que reproduz um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimento para fins de integração ao mercado mundial: “O levantamento dos Planos Plurianuais (PPA) revela o reconhecimento da seletividade e dos problemas de uma economia refém de projetos de investimentos externos (...) e a continuidade dessa política como recurso e estratégia para fomentar o desenvolvimento da economia regional” (Ikeda, 2023, p. 168). Tais iniciativas recorrem à retórica do “desenvolvimento”, que tem em seus sentidos a atualização da colonialidade:

Ficou aparente, lá pelo fim dos anos sessenta e início dos setenta – com a crise do Estado do Bem-estar (*Welfare State*) —, que “desenvolvimento” era um outro termo na retórica da modernidade para esconder a reorganização da lógica da colonialidade: as novas formas de controle e exploração do setor do mundo rotulado como Terceiro Mundo e países subdesenvolvidos (Mignolo, 2008, p. 293).

As diferentes compreensões em torno do uso do território são algumas das determinações, desde os anos 60/70, dos conflitos que envolvem diversos atores nas dinâmicas de exploração dos recursos naturais, como a castanha³, madeira, minérios e outras atividades da produção de commodities, como a pecuária, produção de grãos e energia. A análise do desenvolvimento dessas atividades econômicas na mesorregião do Sudeste Paraense (IBGE, 1990) revela a relação de um Estado desenvolvimentista com o mercado, responsável por violar a vida de populações tradicionais e originárias, uma vez “que [essas populações] funcionam com base em outra concepção de tempo e espaço, ancorada no mundo da vida, da cultura, e, portanto, não mediatizadas pelo mercado” (Castro, 2012, p. 48).

Entre as ricas informações contidas no dossiê de Castro (2012) sobre a região amazônica, destaca-se a estreita relação entre Estado (na formulação de políticas nacionais brasileiras) e mercado (com projetos de intervenção da Iniciativa para Integração da América do Sul - IIRSA), mostrando como as ações do Estado nos territórios de fronteira são direcionadas para atender as necessidades dos mercados de commodities. Isso fica mais nítido quando Castro (2012, p. 49) destaca que a região amazônica está dentro de dois terços da faixa de fronteira geográfica que o Brasil faz com onze países da América do Sul. Por esses fatos a autora sustenta que as ações de investimento do governo nessas áreas de fronteira, têm o objetivo de dar passagem aos grandes projetos que têm se instalado na Amazônia, passagens essas que passam por cima, literalmente,

³ Atividade econômica expressiva na região até os anos 1970, sendo Marabá o maior produtor mundial de castanha na época.

dos valores, tradições e vivências das populações que “atravancam” o caminho do que o Estado e o mercado chamam de “desenvolvimento”.

É com essa transformação do ambiente amazônico que se intensifica a migração, sendo a região vista como um El Dorado⁴, impulsionado pelo slogan “terras sem homens para homens sem terra”, difundido pelo governo militar para promover a integração da Amazônia. Migrantes (colonos/trabalhadores) de todas as regiões do Brasil, foram atraídos para a região de Carajás, afugentados pelos problemas socioeconômicos de onde viviam.

Com isso, destaca-se que a governamentalidade desenvolvimentista não afeta apenas as populações indígenas e tradicionais da Amazônia como também produz condições sociais precárias de vida para a população local. Com a intensa migração para região de Carajás, pessoas que se deslocaram atraídas pelos grandes projetos econômicos implantados passaram a sofrer as consequências da falta de políticas sociais (infraestrutura, saúde, educação, segurança, entre outras) que acompanhassem o ritmo do acelerado crescimento demográfico. A seu modo, a proposição do estado de Carajás dá enfoque à falta de investimentos para sanar as demandas sociais cada vez mais alarmantes e esses fatores foram pontuados retoricamente como principais motivos para o surgimento do projeto de divisão territorial do Pará.

A falta de reposta a demandas sociais gerou o sentimento de abandono e é justamente esse sentimento que se tornou o principal elemento impulsionador e argumentativo da proposta de divisão do Pará, construída ao longo dos anos e com marco histórico no dia 11 de dezembro de 2011, quando ocorreu o Plebiscito para divisão do Pará. Falando de outra forma, o desejo da criação do Carajás é forjado como solução para os problemas estruturais e de serviços públicos na região e se solidifica hegemonicamente por um processo discursivo que visa a promoção da identificação entre os habitantes da mesorregião do Sudeste Paraense (IBGE, 1990); identificação que unifica os sujeitos em torno desse sentimento de abandono e do consenso de que a emancipação é boa para a completude da população.

No momento do plebiscito, a região pleiteada para emancipação era responsável por R\$ 19,6 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Pará, ou seja: 33,5% do PIB estadual. A principal concretude argumentativa do projeto separatista é a parcela da contribuição da região na produção de riqueza do estado que, em contrapartida, não “devolve” à região investimentos em níveis compatíveis ao que era gerado pela região. A exploração desses fatores socioeconômicos centraliza os esforços argumentativos para a emancipação da região de Carajás e evidencia a constituição do que Bourdieu (2008, p. 119) nomeia de “discurso herético”, que contribui “para romper com a adesão ao mundo do senso comum, professando publicamente a ruptura com a ordem ordinária, mas também produzir um novo senso comum”. O efeito de autorizar esse discurso herético, segundo o autor, não é mero efeito da linguagem, mas desta na relação com “as disposições do grupo capazes de autorizar essa linguagem”.

No arcabouço discursivo que fundamenta a discussão deste capítulo, a provocação do autor reforça a pertinência desse olhar sobre o projeto de emancipação do Carajás, especialmente quanto à disposição de torná-lo autorizado. Assim como outros processos de emancipação, a pretensão

⁴ No período da colonização das Américas, a expressão foi difundida pelos índios, referindo-se a uma cidade de ouro maciço, onde se abrigava tesouros em quantidades inimagináveis. No Brasil, diziam estar o *El Dorado* em Minas Gerais, Roraima e na mesorregião Sudeste Paraense, onde há jazidas de ouro. Ver Magasich-Airola e Beer (2000).

de tornar senso comum (ou o que chamamos neste capítulo de “verdade”) o discurso de divisão (ou o discurso “herético”, nos termos de Bourdieu), evidencia que a palavra por si só não provoca a mudança, mas as práticas discursivas que ela (re)produz na/pela relação entre os sujeitos é condição necessária para gerar a aceitação social. É sobre esse movimento de palavras/discursos na produção da verdade que este capítulo trás reflexão.

A PROPOSTA DE DIVISÃO/SEPARAÇÃO DO PARÁ PARA CRIAÇÃO DO NOVO ESTADO DE CARAJÁS

Não se pode retomar a história de construção do plebiscito sem considerar o papel da Comissão Brandão, já que antes mesmo de ser instituída legalmente, as pessoas que a compuseram no seu início participaram das discussões iniciais para a construção do projeto do estado de Carajás.

Segundo os documentos da comissão, o projeto de estado de Carajás é uma luta iniciada pelo professor José da Silva Brandão, que, em 1981, iniciou por conta própria os estudos que mais tarde o levou a propor a criação do estado de Carajás. A primeira etapa desses estudos foi concluída em 1986, quando o professor elaborou a proposta emancipacionista do novo estado e a socializou para um pequeno grupo de amigos. Mais tarde este grupo foi ampliado e denominado de Comissão Brandão Pró Emancipação de Carajás. Nos seguintes dois anos, de 1986 a 1988, as ações do grupo eram no sentido de fazer reuniões periódicas, sob a coordenação do professor José Brandão, para debater os estudos. Nesse período também foi definido o mapa político e administrativo do pretense estado (Figura 1).

Figura 1 – Proposta de divisão do Pará começa a circular na imprensa marabaense.

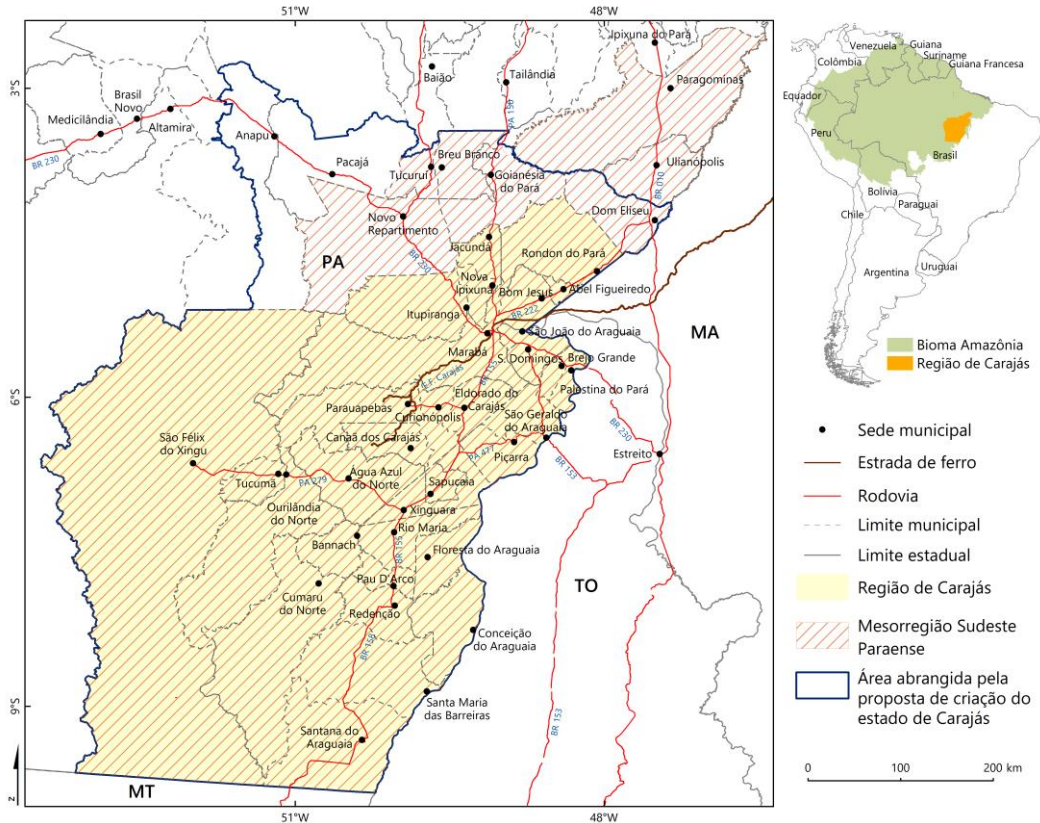


Fonte: Estado do Itacaiunas englobaria 22 municípios com 256.303km² (1988).

Ao fim desses dois anos de reuniões sistemáticas, no dia 10 de dezembro de 1988, foi publicada a primeira matéria sobre a proposta emancipacionista do estado de Carajás, a proposta de limites propostos difere um pouco da regionalização proposta por Monteiro e Silva (2023)

derivada de abordagem teórico-metodológica baseada na sua conformação econômica, histórica e geográfica (Figura 2).

Figura 2 – Área abrangida pela proposta de criação do estado de Carajás e delimitação econômica, histórica e geográfica sugerida por Monteiro e Silva (2023).



Fonte: IBGE (1990), Brasil (2009) e Monteiro e Silva (2023). Elaborada por Regiane Paracampos da Silva.

A Comissão Brandão relata que a partir desse momento, em que o projeto caiu em domínio público, a proposta não só teve a aceitação dos moradores da região como também se tornou o desejo dessa população. Entre os dias 6 e 11 de março de 1989, o vereador e presidente da Câmara Municipal de Marabá, Miguel Gomes Filho (PP), o Miguelito, promoveu no município o 1º Seminário dos Vereadores do Sul do Pará, quando foi criada a Associação de Vereadores do Sul do Pará (Avespa), que alguns anos depois se transformou na União dos Vereadores do Sul e Sudeste do Pará (Uvesspa) (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Reportagem registra o primeiro Seminário dos Vereadores do Sul do Pará com intuito de fortalecer o movimento pró-Carajás.



Fonte: Seminário reforça movimento pela criação do novo Estado (1989).

Uma das missões desse seminário foi a de dar nome ao novo estado e, até então, o professor José Brandão defendia o nome Itacaiúnas, em homenagem ao rio Itacaiúnas e aos estudos dos geógrafos João Segadas Viana e Mário Augusto Teixeira de Freitas, que nas duas primeiras décadas do século passado propôs criar na região o Departamento do Itacaiúnas (que no entendimento do professor Brandão corresponderia também a um estado). O nome Araguaia foi proposto por José Soares de Moura e Silva, para se relacionar ao recém-criado estado do Tocantins: “Seriam dois estados irmãos”, destaca documento da Comissão Brandão. Por outro lado, o vereador Miguelito propôs o nome Carajás, em homenagem à província mineral de Carajás, que era mundialmente conhecida como a maior e mais completa província mineral do planeta. Os três nomes foram colocados em votação, para que os presentes no seminário decidissem, e foi aprovado o nome Carajás.

Figura 4 – Reportagem registra o primeiro Seminário dos Vereadores do Sul do Pará com intuito de fortalecer o movimento pró-Carajás.



Fonte: Seminário de vereadores encerra com passeata (1989).

Esse seminário serviu também, fundamentalmente, para difundir a emancipação político-administrativa do Sudeste Paraense, já que teria atraído mais de 90% dos vereadores da região, todas as comitivas das Comissões Municipais (subcomissões da Comissão Brandão), prefeitos, deputados estaduais e federais do Pará e de outras regiões do Brasil, dois senadores da república,

representantes de entidades de classe, clubes de serviço, igrejas, partidos políticos, simpatizantes da causa, entre outros. Dalí, todos os vereadores representantes dos municípios do Sudeste Paraense saíram comprometidos em defender e propagar a luta pela emancipação da região. Desta forma, a Uvessa foi providencial na campanha pelo novo estado.

Um dado nesses primeiros registros é que os encontros, como o registrado na Figura 4, e outras mobilizações em torno da emancipação, a emancipação foi sendo discutida pelo campo político (Figura 5), com o apoio do campo empresarial. Nas reportagens apresentadas fica também explícito a participação de empresários, políticos, lideranças de classe e convidados especiais. Só mais tarde, quando o projeto já estivesse definido dentro dos moldes e interesses políticos e empresariais, é que a ideia de emancipação é apresentada à população, como etapa necessária de legitimação popular do projeto.

Figura 5 – Carta-manifesto dos presidentes das câmaras municipais do Sul do Pará.

O manifesto dos vereadores

É a seguinte a carta-manifesto divulgada semana passada no final do I Encontro de Presidentes de Câmaras Municipais do Sul do Pará:

CARTA DO SUL DO PARÁ

Os presidentes das Câmaras Municipais, reunidos no I Encontro dos Presidentes de Câmaras Municipais do Sul do Pará, realizado no auditório do Mirad, na cidade de Marabá, durante os dias 14 e 15 de fevereiro do ano em curso, levando em conta:

1. Que a região Sul do Pará, além de sua estrutura sócio-econômica, é possuidora de um invejável manancial de riquezas naturais, tendo também, encravada em seu território – já em fase de comercialização – a maior reserva mineral do planeta;

2. Que, apesar de contribuir para Estado e Nação com grande fatia do bolo tributário e receber em troca sua ocupação desordenada e seus consequentes problemas sociais;
3. Que, tendo refletido e exaustivamente discutido a maneira de reverter tal situação, além de clamarem todos os segmentos da sociedade regional para engrossar a corrente que pleiteia a criação do Estado de Carajás, decidiram: ardorosamente e sem medir ou temer obstáculos, lutar pela emancipação regional, usando de todos os meios disponíveis para assim extirpar os males do esquecimento e da marginalidade, com os quais convive a região e passar da condição de almoxarifado do Pará e do Brasil, para dono e administrador dos bens legados pela Natureza.

Matildo Dias da Silva - Rondon do Pará; Miguel Gomes Filho - Marabá; Anselmo Munhoz - Tucumã; Francisco Valter Rocha da Costa - São Félix do Xingu; Carlos Roberto Jacob - Conceição do Araguaia; Vanda Régia Américo Gomes - Marabá; Lupicínio Rodrigues de Souza - S. Félix do Xingu; José Bonifácio de Araújo - Brejo Grande do Araguaia; Hilda Gomes do Nascimento - Itupiranga; Manoel Antonio da Silva - Tucuruí; José Estêvão Firmino da Silva - S. Félix do Xingu; Lourival Gomes da Silva - S. Félix do Xingu; Antonio Seixas Rodrigues - S. João do Araguaia; Anélio Pereira dos Santos - Itupiranga; Sebastião Ferreira de Souza - Itupiranga;

Anivaldo Julião de Lima - Tucumã; José Conceição de Souza - S. Félix do Xingu; Evaldo Bichara - Marabá; Pio X Sampaio Leite - Jacundá; José Dionísio dos Santos (Zé do Galo) - Paraupebas; João da Mata M. Branco - Marabá; Júlia Maria Ferreira Rosa - Marabá; Maurício Magalhães de Lima - Marabá.

EDITAL DE CITAÇÃO
(Com prazo de vinte (20) dias)

PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MARABÁ
ESTADO DO PARÁ

O Dr. José Maria Teixeira do Rosário, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível, desta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da lei, etc.

FAZ saber a quantos este vierem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e expediente do cartório do 2º Ofício, se processam os autos de AÇÃO DE DIVÓRCIO CONTEJENCIOSO, em que figura como Requerente: FRANCISCO FERREIRA OLIVEIRA, brasileiro, casado, lubrificador, residente e domiciliado em Serra dos Carajás, neste Município e como Requerida: ALAIDES NUNES OLIVEIRA, brasileira, casada, do lar. E constando dos presentes autos que a Requerida se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou expedir o presente Edital de Citação com o prazo de 15 dias. Não sendo contestada a ação, serão havidos como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. E, para que nelas não possam alegar ignorância mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da lei. Dado e passado o presente nesta cidade e Comarca de Marabá, Estado do Pará, aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e oitenta e nove - 1989.

EU, M^{te} Rosa Pereira Fonseca, escrivente juramentada, este datilografarei e subscreverei.

Dr. José Maria Teixeira do Rosário
Juiz de Direito da 2ª Vara Cível

Fonte: O manifesto dos vereadores (1989).

A Comissão Brandão registra em seus documentos por nós consultados que, a partir desse evento, o projeto teve ainda mais popularidade e ganhou espaço na mídia e nas discussões cotidianas, tendo repercussão até mesmo em Belém, de forma que o então governador Hélio Gueiros (PMDB) se pronunciou na imprensa para avaliar com reprovação o início das manifestações favoráveis à criação do estado de Carajás (Figura 6).

Em 7 de março de 1989, o deputado federal Asdrúbal Mendes Bentes (PMDB) já havia protocolado na Secretaria da Câmara dos Deputados, em Brasília, o Projeto de Decreto Legislativo nº. 036/89 na secretaria da Câmara dos Deputados em Brasília, com base no Art. 18, Parágrafo III, Art. 49, item XV, e Art. 59, item VI da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Este foi o primeiro projeto que pleiteou o estado de Carajás no Congresso Nacional. Logo após o deputado Asdrúbal Bentes apresentar o PDL-036/89 na Câmara Federal, a Comissão Brandão passou às suas mãos um exemplar dos estudos do professor Brandão, chamado Estudos Preliminares, contendo 192 páginas, o que deu suporte às argumentações do deputado na tentativa de convencer seus pares da importância do projeto. Como o deputado Asdrúbal Bentes não foi reeleito no pleito eleitoral seguinte, o PDL nº. 036/89, de sua autoria, não cumpriu o ciclo da tramitação desejada.

Nesse mesmo ano foi eleita a primeira diretoria da Comissão Emancipacionista, tendo como presidente Francisco Xavier Evangelista. No mesmo momento foi denominada a “Comissão Brandão Pró Emancipação do Estado de Carajás”. Daí em diante, reforçaram-se os trabalhos no sentido de propagar na região o projeto emancipacionista, com palestras nas câmaras municipais, escolas, igrejas e em várias instituições, além da imprensa. A campanha passou a ganhar cada vez mais simpatizantes, sendo a Comissão Brandão o principal agente de propagação do projeto emancipacionista, recebendo o apoio expressivo de empresários, profissionais liberais, estudantes, sindicatos, associações e clubes de serviço.

Em 1992 a comissão foi legalizada, recebendo em cartório o Registro de Pessoa Jurídica 4.247/92 e, na Secretaria da Receita Federal, foi registrado com o CNPJ 83.211.367/0001-81. Neste ano a comissão teve como meta visitar todos os municípios do Sudeste Paraense. Com o total apoio do Prefeito de Marabá, Haroldo Costa Bezerra, que também era membro da Comissão Brandão, a meta de implantar a campanha emancipacionista em toda a região do pretense novo estado foi alcançada e nessas visitas ainda foram criadas comissões em cada município da região.

Após a criação das Comissões Municipais, outro encontro foi realizado em Marabá, no dia 4 de abril de 1993, desta vez pela Comissão Brandão Pró Emancipação do Estado de Carajás (Figura 7).

Este encontro contou com a Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (Amat), que abrange prefeituras da mesorregião Sudeste Paraense. Uma das iniciativas da Amat em prol da emancipação foi criar, no ano de 2001, em sua estrutura interna a Diretoria Estado de Carajás, elegendo, como presidente desta, Mário Aparecido Moreira, prefeito de Redenção (PA). A partir deste momento a Amat se tornou uma parceria imprescindível para a campanha do Carajás.

Em 26 de março de 2001, na cidade de Redenção (PA), foi criado o Instituto Pró Estado de Carajás (Ipec), entidade jurídica social, que elegeu nesta data sua Diretoria Executiva, tendo como presidente Luciano Guedes, para o biênio 2001 a 2003. Esta entidade foi criada também com o objetivo específico de trabalhar no fortalecimento da campanha pró-emancipação do Estado de Carajás.

Em uma nova tentativa de criar o estado de Carajás, no dia 15 de março de 2004, o deputado federal pelo Distrito Federal José Roberto Arruda protocolou na secretaria da Câmara Federal o Projeto de Decreto Legislativo nº. 1.217 de 2004, propondo realização de plebiscito para a criação

de dez novos estados: Carajás, Aripuanã, Araguaia, Xingu, Tapajós, Carajás, Rio Negro, Solimões, Uirapuru, Madeira e Juruá. Tal projeto passou por todas as etapas e foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, ficou apto a ser votado em plenário, o que não aconteceu devido a seu autor, José Roberto Arruda, ter sido eleito governador do Distrito Federal. Sem defensor, o projeto não teve mais continuidade.

Figura 6 – Reportagem sobre o trabalho da Comissão Brandão para implantar subcomissões no sul do Pará.

Marabá-PA, 26/02 a 04/03 de 1993

TOCANTINS
O JORNAL DE CARAJÁS

Página 5

Comissão Brandão tem mais 14 comissões



ESTADO DE CARAJÁS
JÁ
PRO-EMANCIPAÇÃO

COMISSÃO BRANDÃO
PRÓ-EMANCIPAÇÃO
COMISSÃO MUNICIPAL DE MARABÁ

Serra das Andorinhas serve de habitat para espécie em extinção

Depois de quatro meses de adaptação nos arredores da Serra das Andorinhas, o gavião-real, encontrado em Marabá no mês de outubro do ano passado, partiu, acompanhado de um bando de seus "parentes". O gavião-real (*Harpagus*) foi adquirido pela Fundação Serra das Andorinhas, através de Noé von Atzingen, atual secretário de Cultura de Marabá, quando filhote de três meses, uma espécie em extinção e rara no Brasil. O filhote foi encontrado no quilômetro 19 da rodovia PA-150 pelo Sr. Eliomar dos Santos que entregou a espécie à Fundação mediante o pagamento de Cr\$ 100 mil, na época. A ave de rapina quando atinge idade adulta chega a pesar de 8 a 10 quilos, e suas asas de uma envergadura a outra chegam a medir aproximadamente dois metros. É uma ave que alimenta-se apenas de carne vermelha. Agora em liberdade deverá procriar, uma vez que na reserva juntou-se a outros exemplares da espécie.

Extinção - Já estão identificados 516 animais na Serra das Andorinhas: 373 aves; 42 mamíferos, 51 peixes, 41 répteis e 9 anfíbios. Durante o ano de 1992 foram identificados 55 novos animais, sendo que dessas espécies duas fazem parte da lista oficial de espécies em extinção. São: triba-de-orelha-branca (*Pyrrhura leucotis*) e o periquito-surdo (*tout surda*). Agora passa para 26 o número de espécies em risco de extinção, existentes na Serra das Andorinhas, o que reforçou a tese de Gentil Oliveira, do setor de Zoologia da Serra: "Essa biodiversidade local motiva ainda mais a criação urgente de um Parque Nacional na Serra das Andorinhas".

Parque - Um pequeno grupo de pesquisadores da Casa da Cultura de Marabá "descobriu", em 1986, a Serra das

com exclusividade, em 22 de dezembro de 1988. Dias depois surgiu o primeiro documento subscrito na época pelo professor José da Silva Brandão, hoje presidente de Honra da Comissão Regional; Noé von Atzingen, secretário de Cultura de Marabá; e pelo jornalista Mascarenhas Carvalho, diretor-presidente deste jornal.

O mapa com os 32 municípios que deverão compor o novo Estado.

Tocantins, Rondon do Pará, Dom Eliseu, Pacajá e Novo Repartimento, entre os 32 existentes na região que será emancipada. As comissões são formadas em caráter suprapartidário, quase sempre por indicações e ligera preferência por pessoas ligadas a entidades filantropicas. Cada comissão recebe uma cópia do Estatuto da Comissão Brandão Regional e outros materiais como calendários, panfletos, adesivos para carros, utilizados para propaganda. Faz parte do material técnico-didático a bandeira, o hino e o escudo, citados na proposta para a redivisão territorial do Pará.

O Estatuto da Comissão Brandão é composto de 24 artigos e 4 emendas. Está aberta a participação de todos os cidadãos de bem residentes dentro do território do novo Estado, que desejarem efetivamente trabalhar pela criação e emancipação político-administrativa do novo Estado formado com território do sul e do sudeste do Pará, sem discriminação de raça, crença religiosa ou siglas partidárias. As cores, o escudo, a bandeira e o hino de lutas foram determinados de de-

cidir o futuro da região. As comissões municipais são as responsáveis por toda a divulgação da emancipação no território do respectivo município. Elas têm poder para angariar fundos, que são revertidos nas promoções e propaganda. Como a maioria dos municípios é formada por população de migrantes, esses municípios são orienta-

dos a escreverem seus respectivos Estados de origem para apoiar uma campanha de emancipação, principalmente com o voto no dia da votação de aprovação na Câmara Federal. A criação do Estado do Carajás é uma bandeira também levantada pelo COREJO DO TOCANTINS, que publicou matéria sobre o assunto,

O gavião-real é alimentado pelo biólogo Noé.

Andorinhas. Desde então a Casa da Cultura e o Museu Municipal de Marabá, apoiados pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, Grupo Espeleológico Paraense, Universidade de São Paulo, Companhia Vale do Rio Doce, Sociedade Paraense de Orquidófilos, Sociedade de Orquidófilos de Marabá e outras entidades, vêm, a cada etapa de trabalho, descobrindo mais riquezas que elevam a Serra das Andorinhas ao patamar de área importantíssima e obrigatória para preservação, não só a nível estadual, mas também nacional e internacional.

É um esforço quase mudo e heróico

Fonte: Comissão Brandão tem mais 14 comissões (1993).

Em 2007, com apoio principalmente do presidente da Amat e prefeito de Parauapebas, Darci Lermen, a equipe da Comissão Brandão visitou novamente os municípios que comporiam o futuro estado, reaquecendo as discussões e rearticulando a campanha na região, adesivando carros e lançando o pleito para coleta de assinatura pró Carajás, objetivando recolher 500 mil assinaturas de eleitores na região. O Bingão do Estado de Carajás foi outro grande evento mobilizado para chamar a atenção da população, com sorteio de um carro, uma moto, vários aparelhos de televisão, entre outros brindes. A Comissão Brandão afirma que mais de dez mil

pessoas estiveram presentes no evento, realizado em frente ao Ginásio de Esportes da Folha 16, em Marabá.

A essa altura, o Projeto de Decreto Legislativo nº159-B/92, com base no Art. 14, item I; Art. 18, Parágrafo III; Art. 49, item XV; e Art. 59, item VI da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, protocolado no dia 25 de março de 1992, pelo deputado federal Giovanni Queiroz, já tinha tramitado, sido aprovado (em 4/4/1995) na Comissão de Constituição, Justiça e Redação e passado para o Senado Federal como Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 052/2007, protocolado no dia 20 de março de 2007, pelo Senador Leomar Quintanilha, propondo realização de plebiscito para criação do estado de Carajás.

As mobilizações na região foram providenciais para repercutir no Estado e até mesmo no Brasil a importância do projeto, que voltou a figurar espaço de destaque na imprensa e nos debates cotidianos da população. Como medidas estratégicas para a aprovação do projeto, a Comissão Brandão participou em Brasília, no Congresso Nacional, das plenárias, lobbies e outras articulações em parceria com a Amat, prefeitos, vereadores e simpatizantes da causa.

O projeto foi aprovado no Senado Federal e foi para a Câmara Federal como Projeto de Decreto Legislativo nº 2.300 B de 2009 para homologar a aprovação do Senado, onde também foi aprovado e culminou no Plebiscito de 11 de dezembro de 2011. Nesse período, os dados do pretense estado de Carajás seriam os seguintes:

- Área: 296.664,1 Km², 24% do território do estado do Pará;
- População: 1,6 milhões, 26,7 da população total do estado do Pará;
- PIB: 19,6 milhões, 33% do total produzido no estado.

Realizado nesta data, os eleitores dos municípios abarcado pela proposta de divisão foram 93,87% a favor da criação do Carajás, enquanto apenas 6,13% se opuseram. Porém, a criação não foi possível porque mais de 94% do eleitorado dos municípios que conformariam o “novo Pará” votou contra, considerando-se que o número de eleitores desses municípios é bem maior que a do pretense estado de Carajás⁵. Não satisfeita com o resultado, no dia seguinte (12/12/2011), no grupo RBA/Marabá (usando as emissoras de tevê e rádio), a Comissão Brandão lançou o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) e, tão logo, iniciou a coleta de assinaturas de eleitores favoráveis à divisão. No ano seguinte, a Prefeitura Municipal de Marabá, o deputado federal Asdrúbal Mendes Bentes (PMDB), a deputada estadual Bernadete Ten Caten (PT) e a Comissão Brandão deram entrada em Ação Rescisória, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 2650, no Supremo Tribunal Federal, contra o presidente da República Federativa do Brasil e o Congresso Nacional por, segundo eles, violarem dispositivos constitucionais, já que, no entendimento dos requerentes, em termos gerais, os requeridos não permitiram a delimitação da votação do plebiscito apenas nas regiões que propuseram a criação de novos estados.

⁵ Os municípios que comporiam o Carajás juntos possuíam, no ano do plebiscito, 621.682 eleitores, enquanto os municípios que formariam o novo Pará (pós-divisão) tinham naquela mesma época 2.719.158 eleitores.

Figura 7– Comissão Brandão realiza seminário sobre criação do Carajás.

Marabá-PA, 8 a 15 de abril de 1993

TOCANTINS
O JORNAL DE CARAJÁS

Página 5

Encontro pró-emancipação foi bastante participativo

Mais de 500 pessoas participaram do I Encontro Inter-municipal do Movimento Pró-emancipação do Estado do Carajás. O evento aconteceu na manhã do último domingo, 4, e contou com a participação de empresários, políticos e lideranças de classe, além de convidados especiais. Na ocasião, falou-se sobre a importância da criação do novo Estado, Sérgio Brandão, presidente da Comissão Regional; Haroldo Bezerra, prefeito de Marabá; professor José Brandão, presidente de honra da Comissão Regional; Alceu Alegretti, presidente da Comissão Municipal; Manoel da Silva, da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM); o deputado federal Luís Girão (PDT-CE); e o deputado federal Giovanni Queiroz, autor do Projeto de Lei do Poder Legislativo que tramita na Câmara Federal.

Depois da saudação feita pelo Sérgio Correia a todos os participantes, o prefeito Haroldo Bezerra ressaltou em três pontos básicos do que acha e considera a criação do novo Estado. Primeiro falou do trabalho realizado e do compromisso do município Brandão faz capitaneado pelo professor Brandão e Sérgio Correia. Esse amor, essa dedicação que nos gratifica em poder participar hoje desse encontro, fruto desse trabalho", disse Haroldo. Disse ainda o prefeito que não se trata de um movimento só da elites. Ela dá sua contribuição mas o movimento já começa a ser sustentado pelo povo. E contra a vontade do povo ninguém luta. Um segundo ponto relatado pelo prefeito Haroldo Bezerra foi quanto a uma questão técnica que serve para compararmos de quanto a região e o município de Marabá são penalizados por falta de autonomia administrativo. Haroldo disse que 38% da arrecadação do Estado do Pará saem da região sul do Estado e que Marabá recebe somente 8% do total do município arrecada. Segundo o prefeito, são dados dados da Secretaria de Estado da Fazenda, a partir de estudos técnicos realizados pelo órgão. Um terceiro ponto Haroldo Bezerra mencionou para a importância de uma maior unidade do povo da região para um fortalecimento firme e coeso. "Os prefeitos e vereadores correm risco de discriminação, mas isso

Os participantes do Encontro lotaram os salões do Rotary. (Fotos: Evangelista Rocha)

Brandão: precisamos divulgar as coisas boas da região.

Haroldo Bezerra assina a ficha de participação no Encontro.

Giovanni Queiroz entrega homenagem ao bispo de Marabá.

Giovanni: a luta é de todos nós.

Deputado cearense apóia movimento separatista

O deputado federal Luís Girão (PDT-CE) foi um dos convidados especiais para participar do I Encontro Pró-Estado do Carajás. Girão adquiriu recentemente em Marabá uma indústria de leite pasteurizado e a integrou ao grupo Laticínios Betânia, que já possui filiais em Goiânia, Natal e Fortaleza. Para a reportagem do Correlado do Tocantins falou sobre o movimento emancipatório. Aproveitou para confirmar seu apoio ao projeto de seu colega de parlamento, Giovanni Queiroz, contando como foi atraído para a região, e finalmente deixou uma mensagem ao povo da região.

MI Povo
JÁS
EMANCIPAÇÃO

Girão: vou lutar por essa causa.

que conte com seu apoio na aprovação do projeto. E mais: vai trabalhar junto à bancada cearense na Câmara Federal para aderir ao movimento, uma vez que esta região é uma das muitas que abrigam os cearenses que fogem da aridez do solo daquele Estado nordestino. É uma questão de honra fazer este convencimento. Caminhando pelas ruas das cidades da região já encontramos muitos cearenses. São conterrâneos que imigram para onde o solo é mais fértil. Estou feliz em poder participar deste Encontro, mas mais feliz irei ficar quando acontecer a primeira eleição no Estado do Carajás, pois estarei aqui comemorando essa vitória", disse.

BRANDÃO

"Infeliz do povo que não tem história e não sabe cuidar de sua própria casa", disse o professor José Brandão ao falar da esperança maior que é unir empresários, políticos e trabalhadores no objetivo de abraçarem a causa da emancipação. Brandão acusou a imprensa nacional e internacional, que são implacáveis, a noticiar apenas os fatos negativos que acontecem na região, como caso Paiaçá, lembrou. "Eles não conhecem a pujança deste povo e esquecem que somos a maior província mineral do mundo". Mesmo assim o professor tem convicção que pela união de todos será criada a unidade cultural do futuro Estado do Carajás.

GIOVANNI

O deputado federal Gio-

vanni Queiroz fez questão de citar como exemplo de vigor e de vontade de construir, o professor Brandão. "Com mais de 50 anos de idade e seus cabelos brancos temos aí um belo exemplo a seguir", disse. Falou do porquê do encontro e da necessidade de criar o Estado. Ele acha que o governador do Estado está muito longe do povo da região, o que torna difícil um gerenciamento das necessidades imediatas. Mostrou que nenhuma outra região do País é tão viável quanto a nossa para uma emancipação. Acrescentou que só a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) recolheu no ano passado 45 milhões de dólares para os cofres do Estado. Isso, segundo Giovanni, representa a metade do orçamento anual do Estado do Tocantins que é de 96 milhões de dólares. Sem considerar que a indústria madeireira da região é oito vezes maior do que a do Tocantins, e sem falar na pecuária da região. O Estado de Carajás terá condições próprias de sobrevivência econômica. "Teremos um orçamento três vezes maior do que o do Estado do Tocantins", explicou o parlamentar.

Fonte: Encontro pró-emancipação foi bastante produtivo (1993).

Ao fim deste tópico, percebemos que muitos discursos dos sujeitos envolvidos no início da proposta de criação do Carajás podem ser reconhecidos como discursos fundadores, que são reformulados no decorrer do tempo até chegar ao plebiscito⁶, produzindo uma rede discursiva que culmina nas propagandas. Entre esses discursos fundadores, destacamos o a recorrência do abandono e o da intolerância a ideias contrárias. Esse movimento discursivo lembra-nos do mito

⁶ Ver Lisboa e Anjos (2016).

fundador de Chauí (2000), que trata de imagens que criam um discurso de identidade brasileira, nacionalista.

PRODUÇÃO DISCURSIVA DA VERDADE

Para a Análise do Discurso, como área de conhecimento nos estudos da linguagem, o “discurso” não pode ser compreendido fora das relações de poder constitutivas da sociedade. Para Foucault (2006, p. 256) o discurso é um acontecimento em uma série de acontecimentos que mantêm relações entre si: “acontecimentos que pertencem ao sistema econômico, ou ao campo político, ou às instituições”. Nessa rede, é função do discurso produzir verdades na sociedade, o que requer controlar, selecionar, organizar e redistribuir os objetos discursivos, que, por sua vez, têm o poder de determinar olhares, comportamentos, escolhas, práticas na concretude social. Esse processo evidencia a “vontade de verdade”, como chama o filósofo, que se legitima apoiando-se no suporte institucional e se efetiva como sistema de exclusão, além de ser “reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas” (Foucault, 2011, p. 17).

E sua aula intitulada “A ordem do discurso”, intitulada em 2 de dezembro de 1970, Foucault (2011) trabalha essas questões em torno do discurso e o papel que desempenha na produção de verdade, cujo efeito se alcança por meio de três procedimentos de exclusão. São eles, interdição, separação/rejeição e vontade de verdade. A seguir, refletiremos sobre o objeto discursivo Carajás e as possibilidades de relacioná-lo aos três procedimentos elencados pelo filósofo francês.

Interdição

A interdição como procedimento de exclusão para produção de uma verdade é para Foucault (2011, p. 9) a limitação ou a evidência de “que não se tem o direito de dizer tudo... não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Um exemplo de interdição são as tentativas de silenciamento, por meio das intimidações instrumentalizadas nas/pelas próprias instituições às manifestações contrárias à divisão da mesorregião do Sudeste Paraense. Trazemos a seguir alguns exemplos de uma rede de acontecimentos de retaliação que efetivamente pretendem calar discursos contrários ao discurso da emancipação político-administrativa da região.

Os acontecimentos abaixo se deram tanto nos tempos em que o projeto começa a ganhar força quanto no período do Plebiscito 2011. O primeiro caso é o que envolve o sociólogo Ribamar Ribeiro Junior, que se manifestou contrário à divisão em reportagem veiculada no Jornal Nacional, da Rede Globo, no período de campanha do plebiscito.

Após a veiculação da reportagem no Jornal Nacional, pessoas ligadas ao projeto de emancipação do Carajás fizeram uma manifestação em frente ao Campus 1 da então Universidade Federal do Pará (UFPA), em Marabá, repudiando a opinião do sociólogo. No início das mobilizações para criação do estado de Carajás, o deputado federal pemedebista Wandenkolk Gonçalves (assim como o governador Hélio Gueiros) também foi repudiado pela Câmara Municipal de Marabá (Figuras 8 e 9).

Nesta reportagem, o deputado sai em defesa também do governador Hélio Gueiros, enumerando diversas ações políticas do governo estadual na região e se diz preocupado com a possibilidade do então ministro Jader Barbalho, que nas palavras de Wandenkolk teria feito tanto pela região, também receber um voto de repúdio da câmara municipal por se manifestar contrário ao projeto divisionista. Ainda na reportagem, o deputado ameaça a região com corte de verbas por se “rebelarem” contra o governo e que se forem levar adiante o projeto de criação de um novo estado, o então prefeito de Marabá, Nagib Mutran, e outros representantes do PMDB deveriam ser envolvidos nas discussões.

Figura 8 – Deputado estadual Wandenkolk Gonçalves fala sobre nota de repúdio que recebeu da Câmara Municipal de Marabá por ter se posicionado contra o Carajás.

TOCANTINS

Deputado diz que voto de repúdio é descabido

O deputado Wandenkolk Gonçalves, que recentemente foi repudiado pela Câmara Municipal de Marabá, por ter se colocado contra a criação do Estado de Carajás — conforme declaração do autor do requerimento —, enviou ofício a este jornal no qual lastima sua surpresa e estupefação em receber um voto de repúdio, por unanimidade dos vereadores. O deputado salienta que talvez os edis não tenham compreendido sua posição, “e numa atitude que consideramos precipitada e descabida, aprovaram também um voto de repúdio ao governador Hélio Gueiros, o qual goza de prestígio e credibilidade perante toda a opinião pública de nosso Estado”, diz.

Continuando, o parlamentar lembra vários trabalhos prestados a esta região, enumerando a suspensão do racionamento de energia, a distribuição e ampliação da rede de energia elétrica para todo o sul do Pará, louvando a participação do deputado Haroldo Bezerra nesse trabalho. Vandinho argumenta ainda ter participado na aprovação de outros inúmeros benefícios para a região, ligados à área de saúde, educação, transportes, mineração, distrito industrial, agropecuária, e salienta que, “além de todas estas questões a vitória conquistada para pequenos e médios produtores, para os quais, no Pará, foi este deputado que assumiu e conquistou a anistia inclusa no ato das disposições transitórias da Constituição, beneficiando produtores rurais e microempresários, inclusive, no sul do Pará”.

Wandenkolk faz um alerta aos vereadores marabaenses, destacando que atitudes como essas poderiam penalizar esta região e sugere que os edis conversem com o prefeito Nagib Mutran sobre essa questão. Ele diz acreditar que o processo emancipacionista deve ser articulado e conduzido de maneira que envolva os legítimos representantes desse povo. “E para comprovar esta nossa posição, na qualidade de líder da bancada do PMDB na Assembleia, indicamos os deputados Haroldo Bezerra, Paulo Dutra e Carlos Cavalcante, os quais defendem essa emancipação, para integrem uma comissão composta de cinco parlamentares que coletarão subsídios técnicos, jurídicos e administrativos, com a finalidade de serem encaminhados a Comissão do Congresso Nacional que tratará da questão em pauta”.

Finalmente, Vandinho diz que sua preocupação ficou mais evidenciada quando presenciou o ministro Jader Barbalho no Encontro de Empresários, em Marabá e no Encontro de Prefeitos do Sul do Pará, em Parauapebas, se posicionar de maneira contrária a idéia divisionista. “Logo o ministro Jader Barbalho, um dos políticos que mais fez pelo sul do Pará, poderá receber por parte da CMM o voto de repúdio”, insinua o parlamentar.

ESTRADAS

Wandenkolk Gonçalves enviou ainda cópia de um telegrama, endereçado à Sônia Gonçalves, no Incra — Agrópolis do Amapá —, levando ao conhecimento dos moradores do Rio da Esquerda, que a programação estabelecida pelo órgão para essa região, e que tem todo o seu apoio e do ex-prefeito de Itupiranga, José Milési, será reiniciada no mais breve espaço de tempo pela firma empreiteira Coimpa, uma vez que já se encontra à disposição do Incra, o recurso previamente aprovado para a conclusão dos trabalhos, ou seja, a continuação da construção da estrada do Paulo Gordo. Ele adianta ainda que, além da construção da ponte, serão construídos mais 40 quilômetros de estrada e alerta os agricultores da região para fiscalizarem a obra.

Fonte: Deputado diz que voto de repúdio é descabido (1989).

Figura 9 – Artigo sobre pronunciamento do governador Hélio Gueiros quanto ao movimento de criação do Carajás.



Fonte: Para Gueiros, “forasteiros” devem ser repudiados (1989).

Gueiros se posiciona de forma ferrenha contra a criação de Carajás por julgar que se trata de uma manobra de forasteiros (baianos, maranhenses, capixabas e goianos) que se aposaram da parte mais rica do estado e agora querem se eleger governador, senador e deputado federal. Por outro lado, o governador diz ter respeito para com a proposta de criação do estado de Tapajós, pois é gerida por paraenses legítimos e que a razão pela qual justificam, a distância da capital, é aceitável, já que a região pleiteada de fato precisaria se desenvolver. Segundo a Comissão Brandão, esse pronunciamento do governador contribuiu para fortalecer o movimento.

Pelo histórico da criação da proposta de divisão é perceptível o impulso dado pelos empresários e políticos para legitimar a ideia “Estado de Carajás” como verdade, protagonizando também as ações de interdição. Ou seja, o papel das camadas hegemônicas é motor para os

delineamentos da proposta de divisão com maior pujança, retirando da construção do objeto discursivo outros olhares e percepções, constituindo-se, essas outridades, o que não se pode dizer, o tabu do objeto, como diz Foucault.

as interdições que o [o discurso] atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder [...] o discurso... não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar (Foucault, 2011, p. 10).

No blog do Carajás (<http://procarajas.blogspot.com.br>), amplamente utilizado no período de campanha do plebiscito para difundir materiais pró-emancipação, pudemos acessar o seguinte trecho do livro de Costa (2011, p. 149), que exemplifica o olhar de Foucault entre discurso e processos de legitimação de poder, como mais uma nuance que impulsiona a interdição.

Belém exerce a função de metrópole regional com forte poder de comando sobre os fluxos regionais, estabelecendo-se como centro primaz de decisão (...) O Pará do interior (ou do *hinterland*) mudou muito e ainda está em intensa mutação, cada vez mais à distância da sua capital, que continua a concentrar inadequadamente o poder político e a exercer seu domínio sem renovar a legitimação do mando [grifo nosso]

Esse trecho, apesar de argumentar que a distância é prejudicial para o interior, acaba postulando a insatisfação de que a capital concentre o poder e sugere a necessidade de renovação desse domínio, que seria, passar o poder de domínio sobre a região às hegemonias locais, legitimadas por meio da criação do Carajás.

Separação/Rejeição

O segundo procedimento de exclusão apontado pelo autor é o da separação/rejeição, direcionado aos discursos que não podem circular como os dos outros: “pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância” (Foucault, 2011, p. 10). Assim, neste tópico visibilizaremos a diversidade de sujeitos e modelos outros de sociedade na região, que não coadunam ao modelo hegemônico de uso e exploração do território na qual se alia a proposição do Carajás, os dos grandes projetos minerários e agropecuários que fomenta a visão desenvolvimentista e de pujança econômica no Carajás, tão explorada pela frente de emancipação. Nesse sentido, os modelos de sociedade indígenas, ribeirinhas, grupos de movimentos do campo e demais populações tradicionais e suas formas de relação com o território não são absorvidos na prática discursiva do projeto de divisão.

O processo de expansão do capital na Amazônia, com papel fundamental do Programa de Integração Nacional (PIN), desconsiderou a diversidade étnica, cultural e política das comunidades indígenas e tradicionais existentes no território amazônico para que se estabelecessem no local famílias da elite, em sua maioria do sul/sudeste do país, e grupos econômicos nacionais e internacionais, envolvidos num modelo de integração ao mercado mundial, conforme argumenta Castro

O conceito de integração, nessa perspectiva, pressupõe necessariamente ações estatais, numa esfera supranacional. Não são mencionados nem valorizados os processos de integração existentes há séculos nas fronteiras, marcados por populações que ali vivem e têm suas práticas ancoradas em uma dada ordem social e econômica [...] A noção de Eixos Nacionais de Integração constituiu a estratégia maior para

estreitar as relações com os países da América do Sul, na grande fronteira política, conformando um bloco econômico com maior poder de fogo, dada a organização em curso de outros nichos de mercado, nos diferentes continentes (Castro, 2012, p. 47).

Na construção do sentido de unidade no Carajás não há espaço para se pensar a heterogeneidade cultural e as populações tradicionais da região que não se inserem nesse projeto de “progresso e desenvolvimento”, apagando dessa produção da história local os conflitos e violência no campo, a diversidade de povos indígenas e a necropolítica aplicada em seus corpos em prol das hegemonias política e econômica. Esses efeitos de sentidos são produzidos pelo apagamento ou rejeição, como nomeia Foucault, sendo o segundo procedimento de exclusão de que trata este tópico.

Como exclusão, Santos (2008, pp. 280-281) define que ela “é sobretudo um fenômeno cultural e social, um fenômeno de civilização. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita”. Este conceito coaduna à ideia de Foucault sobre rejeição como estratégia da exclusão e, portanto, é pertinente adotá-lo para refletir sobre a exclusão de outras realidades culturais nas construções discursivas das propagandas como rejeição aos seus projetos de sociedade. O autor ainda completa o conceito de exclusão dizendo que ele é “dominado pelo princípio da segregação: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora” (Santos, 2008, p. 280). É desta forma que tentaremos argumentar que as culturas que não se enquadram no estereótipo de identidade vendido pelo mercado local são apagadas, deixadas de fora.

Para avançar um pouco mais no conceito de exclusão de Santos (2008), considero importante mencionar outros atravessamentos que vão fomentar tal ideia. Resumidamente, o autor argumenta que, a partir de uma “razão metonímica”, a homogeneização cultural é instituída pelo “universalismo”. O autor diz que a razão metonímica é uma das lógicas da racionalidade que existe no mundo e, nessa razão, admite-se que uma parte só pode ser pensada na relação com a totalidade.

A razão metonímica é obcecada pela ideia de totalidade sob a forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem...as possíveis variações do movimento das partes não afectam o todo e são vistas como particularidades. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; (...) e assim por diante (Santos, 2008, pp. 97-98).

É por meio da razão metonímica que se produz as não-existências, desconsiderando/excluindo tudo que não se encaixa na sua totalidade e no seu tempo linear (Santos, 2008, p. 102). Segundo o autor, há cinco formas de produzir a não-existência, que são constituintes da razão metonímica e que resultam na exclusão. A primeira seria conceber a alta cultura como critério único de verdade, qualidade e estética. A segunda é a visão de um tempo linear, em que é atrasado o que não está no mesmo ritmo do que é declarado avançado. Em terceiro lugar, estaria a naturalização das hierarquias, tornando a inferioridade algo natural e insuperável. A quarta forma seria o entendimento da Escala dominante sob as formas universal e global. Universal porque vigora independente de contextos específicos, portanto precede todas as outras realidades que dependem de contextos. E a globalização que privilegia as realidades que alargam seu âmbito a todo o globo. Em contrapartida, as realidades definidas como particulares ou locais estão

aprisionadas em escalas que as incapacitam de estarem no âmbito universal e global. Por último entraria a lógica produtivista, em que o crescimento econômico é um objeto racional inquestionável para existir ou não existir. Então, resumindo, as cinco formas de produzir a não-existência, legitimada pela razão metomínica, seria: estigmatizar o outro como ignorante, residual, inferior, local e improdutivo.

Nessas provocações do autor, interessa-nos municiarmo-nos de um fundamento que explique a constituição de uma identidade/cultura homogênea e hegemônica no projeto separatista, vinculada aos sistemas de produção de *commodities* pontuados como grandes potencialidades econômicas regionais (mineração, agropecuária...) e que tais referências culturais reforcem a legitimação de tais atividades econômicas na região, em detrimento de identidades/culturas locais, heterogêneas e que deslocam do universalismo ou que ocupam a escala da inferiorização da razão metomínica.

O que Santos pondera sobre a exclusão coaduna e potencializa a ideia de separação/rejeição de Foucault, ajudando-nos a compreender as implicações da adoção de uma identidade regional que parte de uma hegemonia com o intuito de representar a totalidade da população. No que foi pontuado, podemos entender que essa estratégia produz o apagamento, silenciamento e exclusão de todas as outras identidades que compõem a sociedade regional, cada uma construída pelas suas relações específicas com o espaço regional ao longo da história. Exemplo disso é o próprio nome escolhido para nomear o estado no seu porvir: Carajás. Conforme foi descrito na seção 3, lembremos que a sugestão do nome surgiu em homenagem à província mineral de Carajás, símbolo da política econômica instaurada na Amazônia pelo governo militar, repetidamente pontuada neste capítulo como desenvolvimentista, colonial e violenta não apenas para o meio ambiente, mas também às outridades locais. Note-se que, apesar de ser um nome de origem indígena e a região nomeada Carajás possuir diversos povos originários, em nenhum momento essa referência motivou a nomeação ou é lembrada nos enunciados pró-emancipação, bem como outros sujeitos da diversidade local. Essas nuances da homogeneização/universalização também constituem a “vontade de verdade”, como descreveremos a seguir, pois, como destaca o próprio filósofo francês, os dois primeiros sistemas de exclusão (interdição e separação/rejeição) orientam-se em direção à vontade de verdade e esta, por sua vez, procura retomá-los em sua constituição.

VONTADE DE VERDADE

A “vontade de verdade” é o terceiro procedimento de exclusão apontado por Foucault (2011) para mostrar o funcionamento da ordem do discurso. Como “vontade de verdade” na reflexão sobre o Carajás, tomaremos a homogeneização dos interesses (sociais, étnicos, culturais, político-econômicos...) como implicação ao slogan “Bom para todo mundo” na campanha do comitê pró-emancipação da região de Carajás no Plebiscito 2011. A proposta de divisão do Pará por si é aqui entendida como uma vontade de verdade e a campanha do plebiscito é o momento histórico onde se concentra uma intensa produção discursiva para efetivação dessa verdade, o que justifica tomarmos enunciados das propagandas para evidenciar o Carajás como uma vontade de verdade, nos termos de Foucault (2011).

Segundo ele, é possível marcar temporalmente o surgimento do saber como parte constitutiva do poder: “Entre Hesíodo e Platão uma certa divisão se estabeleceu, separando o discurso verdadeiro e o discurso falso; separação nova visto que, doravante, o discurso verdadeiro não é mais o discurso ligado ao exercício do poder...” (Foucault, 2011, p. 15), mas a um conjunto de saberes que sustentem e legitimem as práticas, estabelecendo, por conseguinte, as lutas genealógicas entre as vontades de verdade, que nas palavras do autor:

[...] Tende a exercer ...uma espécie de pressão e como um poder de coerção... Penso, igualmente, na maneira como as práticas econômicas, codificadas como preceitos e receitas, eventualmente como moral, procuraram, desde o século XVI, fundamentar-se, racionalizar-se, e justificar-se a partir de uma teoria da riqueza e da produção” (Foucault, 2011, p. 18).

Não diferentemente, a campanha pró-emancipação se cercou de uma rede de saberes para sustentação da sua vontade de verdade, que foram: os estudos da Comissão Brandão, elaborados pelo professor José Brandão; o livro “Assimetrias regionais no Brasil: Fundamentos para Criação do Estado de Carajás”, do economista Célio Costa; além da fundamentação baseada em números relacionados a aspectos econômicos e de infraestrutura como ganhos automáticos com a criação do estado de Carajás. Resumidamente, os aspectos explorados na campanha tentou convencer de que a criação de Carajás: ampliaria a presença do Estado (tanto de âmbito estadual quanto federal), já que, segundo o movimento separatista, seriam fixadas estruturas físicas dos aparelhos de Estado na região emancipada, atendendo o anseio de medidas contra o “abandono” regional, ficando a população mais próxima das instituições do Estado; atrairia fluxo populacional para a região, minimizando o “vazio” demográfico da região; aprimoraria o planejamento urbano; melhoraria a gestão sustentável dos recursos locais e a reversão da produção econômica local em investimentos públicos; reduziria as desigualdades de poder político entre regiões e estados; minimizaria o desequilíbrio territorial na federação. A partir desses elementos é que as propagandas convergiam para uma premissa sistematicamente repetida nos jingles, spots de rádios e vinhetas de televisão: a de que a divisão seria boa para todos indistintamente. O slogan “Bom Pra Todo Mundo” ou sua variação “Bom Pra Todos” procura significar (ou simbolizar) melhora em todos os âmbitos para todas as regiões, inclusive para o Pará remanescente.

Tal funcionamento discursivo também produz efeitos de sentidos que naturalizam e universalizam a ideia de emancipação e de unidade, reforçando uma noção de cultura, identidade e interesses regionais de forma homogeneizante, como já foi pontuado no tópico anterior quanto à separação/rejeição. Outro efeito de sentido produzido é o de obscurecimento ao longo do processo discursivo quanto à disputa política e econômica que configuram o plebiscito, apagando, ainda, outros conflitos que compõem a violenta história e dinâmicas territoriais da região.

A partir do que foi elencado como elementos argumentativos nas propagandas eleitorais, é possível fazermos um paralelo com o que Chauí (2000) estabelece como sociedade autoritária, de forma que as hegemonias políticas e econômicas da mesorregião do Sudeste Paraense repetem nas propagandas do plebiscito o que foi feito pelo governo militar em âmbito nacional para implantar uma identidade nacional una, instaurando o “povo brasileiro”. Segundo a autora, para promover essa unidade, é necessário ocultar as diferenças culturais, étnicas, de classes, de credos e ideológicas. Um dos pontos que marcava fortemente essa unidade nacional era a necessidade de modernização que o governo tentava inculcar na população, que até hoje tem efeitos na sociedade

da mesorregião do Sudeste Paraense. Sobre a sociedade pautada nesses valores, Chauí a caracteriza como autoritária porque não admite as desigualdades e as diferenças.

A divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estrutura a sociedade sob o signo de nação una e indivisa, sobreposta com um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem (Chauí, 2000, p. 89).

A autora ainda destaca como o governo usa a economia para, por uma dualidade, inculcar a identidade nacional, circulando discursos com o imagético de um Brasil naturalmente rico e “abençoado por Deus”, defendemos que esses discursos cultivam a ufanía e teriam o papel de unir a população brasileira, o sentimento que causa a identidade por uma identificação comum entre as pessoas. A partir da premissa de que a divisão é boa para todo mundo, pautada no discurso do progresso e desenvolvimento sem problematizar a implantação de grandes projetos na região o discurso reproduz os sentidos autoritários destacados pela autora, como se materializa nos spots de rádio abaixo, que recortamos para exemplificar tal regularidade enunciativa presente nas propagandas:

- **Spot 1:** (música): Se é bom pra todo mundo não me diga não, não me diga não, não me diga não. Se é bom pra todo mundo e tem que ser assim, o Carajás unido vai votar no sim. Vote 77 vote sim pro Carajás.
- **Spot 2:** (música): Se é bom pra todo mundo não me diga não, não me diga não, não me diga não. Se é bom pra todo mundo, se lembre de mim e me diga sim e me diga sim. Se é bom pra todo mundo, olhe bem pra mim e me diga sim e me diga sim e me diga sim e me diga sim. Diga sim pro Carajás!
- **Spot 3:** [...] Depois da divisão passa a receber R\$ 5,9 bilhões, porque passa a ser três estados. São três bilhões a mais por ano. E atenção! Esses dados são oficiais. Se é bom para todo mundo, por que dizer não?

De forma geral, as propagandas da campanha pró-Carajás giram em torno da máxima “Bom pra todo mundo” e a produção de sentido é reforçada ainda por elementos discursivos que transmitem a ideia de unidade/homogeneidade em torno da ideia de emancipação, o que gera a sensação de verdade imperativa à vontade de verdade em curso. Essa ideia de unidade na campanha é atrelada à esperança de futuro melhor, majoritariamente, pelo viés político-econômico, de forma que a emancipação da mesorregião do Sudeste Paraense viabilizaria a otimização da exploração dos recursos naturais dessa região para que, conseqüentemente, pudessem ser revertidos em bens de consumo comum para a sociedade local, o que potencializa o sentido de irmandade entre as pessoas ao se identificarem com a emancipação, apresentada como um sonho coletivo.

Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal. E ignoramos, em contrapartida, a vontade de verdade, como prodigiosa maquinaria destinada a excluir todos aqueles que, ponto por ponto, em nossa história, procuraram contornar essa vontade de verdade e recolocá-la em questão contra a verdade (Foucault, 2011, p. 20).

Chauí (2000) destaca que o governo militar trabalhou para implantar uma identidade nacional una, instaurando o “povo brasileiro”. No caso das propagandas a identidade proposta

não é uma nacional. É uma regional (sul/sudeste do Pará), mas que repercute os moldes da identidade nacionalista, onde as diferenças (inclusive com a parte da população do Pará contrária à divisão em número suficiente para derrubar a proposta no Plebiscito, como correu) não perpassam os motivos da divisão. Ao contrário, o direcionamento da divisão é para o desenvolvimento de um imaginário de sociedade: o povo de Carajás, “O Carajás unido” “todos de mãos dadas”, contemplando o futuro de desenvolvimento que chegaria com a emancipação. Tais construções, materializadas no material publicitário, constrói o efeito de uma identidade ufanada, regional, pautada em anseios de progresso e desenvolvimento, o que permite evidenciar um paradoxo na argumentação de que a separação seria para suprir a ausência do Estado na região que mais fomenta a economia paraense.

O paradoxo se dá no fato de que a mesorregião Sudeste Paraense pode ser apontada como a que mais teve presença do Estado na Amazônia, tanto no que tange a presença militar quanto pelo número de empreendimentos implantados pelo governo na região desde os anos 60 e outras iniciativas privadas apoiadas pelo Estado, o que não significa, por outro lado, que essa presença trouxe benefícios de qualidade de vida à população. Logo, é pertinente interpelar de que presença estatal falam e desejam os enunciados pró-Carajás, uma vez que a presença para exploração do território pelo viés neoliberal de progresso e desenvolvimento (ufanado no discurso de criação do novo estado) por si já vem sendo feita há décadas na região, como é analisado por Hébette (2004, p. 358) as várias mudanças de políticas e governos na Amazônia: “De fato, as mudanças são reais, mas elas, na verdade, não afetam a linha fundamental de atuação do Estado, pois isso originaria uma mudança na composição das classes e frações de classe que sustentam o Estado. A compreensão dessa lógica ... é evidentemente indispensável ao... pretender situar sua intervenção”. Ou seja, em torno dessas relações que se estabelecem em torno da constituição da verdade, o que está em jogo, como questiona Foucault (Foucault, 2011, p. 20), senão o desejo e o poder? “O discurso verdadeiro ... não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la”.

CONCLUSÃO

Ao longo desta discussão, pretendi apresentar o Carajás sob o viés discursivo, abordando a histórica construção da proposta de emancipação político-administrativa da região enquanto uma “vontade de verdade”, nos termos de Foucault. Nessa proposição, o sentido de vontade de verdade é localizado na própria ideia de região que busca ser uma verdade, obscurecendo outras vontades de verdades em curso, que, por vezes, inclusive, opostas.

Para efetivação dessa vontade de verdade relacionei-a aos três procedimentos de exclusão (interdição, rejeição/separação e a própria vontade de verdade) tratados por Foucault em “A ordem do discurso” ao evidenciar que garantir um ordenamento discursivo requer excluir o que ameaça essa ordem. Tais estratégias discursivas se efetivaram na interdição de manifestações contrárias à divisão; na rejeição, por meio do apagamento, de propostas de outros modos de existir no território em pleito e que poderiam, por exemplo, ser tomadas como modelos para organização social em alternativa ao modelo neoliberal defendido nas propagandas; e a homogeneização dos

interesses locais que apresenta a emancipação como solução para todos, como forma, também, de garantir a não possibilidade de questionar que a emancipação é “boa para todos”.

Como vimos, todas as estratégias se efetivam como procedimentos de exclusão, tal qual formula o filósofo francês, que subsidiou a fundamentação para estruturação desta análise, objetivando que a verdade é um processo discursivo continuamente construído e que se coloca em rede como um acontecimento entre outros acontecimentos: econômicos, políticos, culturais, identitários, tais como foram mobilizados na explanação do funcionamento discursivo da vontade de verdade “Estado de Carajás”, envolvendo relações de saber e poder sobre a região de Carajás.

É pensando desta forma que acontece o uso das mazelas sociais para compor a elaboração ideológica do projeto separatista e é também o que dá a credibilidade necessária para ser aceito pelos eleitores como a solução para todos os problemas sociais. Isso se dá pelos valores articulados à identificação da população com o território como lugar de uso, de produção da sobrevivência, espaço de construção e de defesa de uma cultura tida como homogênea, obscurecendo na produção discursiva a noção de território enquanto espaço de disputa entre grupos econômicos e políticos. Para tanto, mobiliza-se a construção de um “nós” imaginário que, unido, defende o reconhecimento de um território produzido à margem dos investimentos estatais, sofrido e abandonado. Naturalizando-se o pertencimento ao território, silencia-se os enfrentamentos de classe e a distribuição desigual dos bens socialmente produzidos numa região que desponta internacionalmente na produção de riquezas, além de conservar a ideologia militar de desenvolvimento, mantendo uma estrutura social que beneficia as matrizes hegemônicas e sustenta os inúmeros conflitos que marcam a região.

Assim, como uma vontade de verdade, é salutar pensar a proposta de emancipação do Carajás à luz do modelo de ocupação da região, das relações entre Estado e Mercado ao longo da história regional, das concepções de território em disputa, da postura do Estado como desenvolvimentista e mantenedor das relações de dominação e, ainda, da força motriz dada por políticos e empresários ao projeto de Carajás ao longo dos anos.

REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (2008). *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer* (S. Miceli, Trad.). São Paulo: Edusp.
- Brasil. (2009). *Projeto de Decreto Legislativo n.º 2.300-B - Dispõe sobre a realização de plebiscitos para a criação do Estado do Carajás, nos termos do inciso XV do art. 49 da Constituição Federal*. Brasília: Senado Federal.
- Casanova, G. (2007). Pablo (2007): “Colonialismo interno (uma redefinição)”. In A. A. Borón, J. Amadeo e S. Gonzalez (Eds.), *A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas* (pp. 431-458). Buenos Aires: Clasco, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Disponível em: <http://biblioteca.clasco.edu.ar/clasco/formacion-virtual/20100715084802/cap19.pdf>
- Castro, E. (2012). Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, 25, 45-62. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>
- Chauí, M. S. (2000). *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Comissão Brandão tem mais 14 comissões. (1993, 26 fev. - 2 mar.). *Correio do Tocantins*.
- Costa, C. (2011). *Assimetrias regionais no Brasil – Fundamentos para criação do Estado de Carajá*. Grupo Oceano.
- Deputado diz que voto de repúdio é descabido. (1989, 9-15 jun.). *Correio do Tocantins*, 3.
- Encontro pró-emancipação foi bastante produtivo. (1993, 4-15 abril). *Correio do Tocantins*, 5.

- Estado do Itacaiunas englobaria 22 municípios com 256.303km². (1988, 16-22 dez.). *Correio do Tocantins*, 5.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2011). *Ordem do discurso* (21 ed.). São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2014). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Gilbert, A. (1988). The new regional geography in English and French-speaking countries. *Progress in Human Geography*, 12 (2), 208-228. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/030913258801200203>
- Gumiero, R. G. O. (2023). Um diálogo possível? Aproximações do inventário furtadiano na interpretação da região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: A região de Carajás* (pp. 77-91). Belém: NAEA. (neste volume)
- Hébette, J. (2004). O Estado e os movimentos migratórios. In *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia* (Vol. 1). Edufpa.
- IBGE. (1990). *Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Ikeda, J. C. O. (2023). *O deus de ferro e a excomunhão da América Latina: Mineração transnacional, lutas e resistências sociais na Amazônia*. São Paulo: Dialética.
- Lisbôa, F. M. (2014). *Análise discursiva das propagandas eleitorais radiofônicas do plebiscito para divisão do Pará*. [Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará]. Marabá.
- Lisbôa, F. M. e Anjos, H. P. (2016). Discurso fundador e território: as regiões Sul e Sudeste do Pará narradas nos debates do plebiscito 2011. In R. B. C. Caldas, L. F. Alencar e F. A. Silva Junior (Eds.), *Tradução e Interculturalidade: pontos de convergência* (pp. 85-98). São Paulo: Pedro e João Editores.
- Magasich-Airola, J. e Beer, J. M. (2000). *América mágica: quando a Europa da Renascença pensou estar conquistando o Paraíso*. São Paulo: Paz e Terra.
- Mignolo, W. (2008). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF* (34), 287-324.
- Monteiro, M. A. e Silva, R. P. (2023). Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 17-34). Belém: NAEA. (neste volume)
- O manifesto dos vereadores. (1989, 24 fev. - 2 mar.). *Correio do Tocantins*, 4.
- Paasi, A. (1991). Deconstructing regions: notes on the scales of spatial life. *Environment and planning A*, 23 (2), 239-256. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/a230239>
- Para Gueiros, “forasteiros” devem ser repudiados. (1989, 17-23 mar.). *Correio do Tocantins*, 4-5.
- Pratt, M. L. (1999). A crítica na zona de contato: nação e comunidade fora de foco. *Travessia* (38), 8-29.
- Santos, B. S. (2008). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* (2 ed.). São Paulo: Cortez.
- Santos, M. (2012). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (4 ed.). São Paulo: Edusp.
- Seminário de vereadores encerra com passeata. (1989, 10-16 mar.). *Correio do Tocantins*, 5.
- Seminário reforça movimento pela criação do novo Estado. (1989, 10-16 mar.). *Correio do Tocantins*, 1.
- Silva, I. S., Lisboa, F. M. e Sena, L. R. (2023). Alteridades e Outridades na região de Carajás. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 139-157). Belém: NAEA. (neste volume)

Sugestão de citação:

Lisbôa, F. M. (2023). Estado de Carajás: vontades de verdade em (dis)curso. In M. A. Monteiro (Ed.), *Amazônia: a região de Carajás* (pp. 231-255). Belém: NAEA. Disponível em <https://doi.org/10.4322/978-85-7143-217-8.cap12>